

**PROPOSTA DE RESOLUÇÃO****IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA**

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
<b>PR/2026/17536</b>	<b>26355/2026</b>	<b>Proposta à Câmara Municipal</b>
Assunto do Processo		
<b>Proposta à Câmara Municipal - CPE.22.25.DMOSM – Requalificação e Ampliação da Escola Básica do Bairro Económico - Proposta de indeferimento do pedido de suspensão/ prorrogação de prazo da empreitada</b>		
Unidade Administrativa		
<b>DOP - DGO [ENTRADAS]</b>		
Propósito		
<b>Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal</b>		
Órgão/Cargo que resolve		
<b>Câmara Municipal de Braga</b>		

**FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS****CPE.22.25.DMOSM – Requalificação e Ampliação da Escola Básica do Bairro Económico - Proposta de indeferimento do pedido de suspensão/ prorrogação de prazo da empreitada**

Submete-se à consideração da Câmara Municipal, a proposta de indeferimento do pedido de suspensão/ prorrogação de prazo da empreitada apresentado pela empresa M. Kairos – Engenharia e Construção, S.A., entidade executante da empreitada em assunto, conforme informação técnica anexa.

Anexo:

1 -Informação técnica, incluindo o pedido apresentado pelo empreiteiro.

**PROPOSTA DE RESOLUÇÃO**

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

**DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE**

**Data:** 20/05/2026

**Nº Processo:** 3760/2026

**Processo: Gestão de empreitadas - CPE.22.25.DMOSM – Requalificação e Ampliação da Escola Básica do Bairro Económico – Pedido de suspensão/prorrogação prazo**

## **I. ENQUADRAMENTO**

Pela comunicação com a referência 2026-016-ADM-MS, datada de 05 de maio de 2026, veio o empreiteiro M. Kairos – Engenharia e Construção, S.A. requerer:

- a) A suspensão do prazo de execução da empreitada, com efeitos reportados a 08 de abril de 2026;
- b) O reconhecimento da impossibilidade de execução de determinados trabalhos por alegada falta de disponibilização das áreas de intervenção;
- c) A salvaguarda do direito à futura reposição do equilíbrio financeiro do contrato.

Para fundamentar o pedido, o empreiteiro invoca, em síntese:

- a) Que o plano de trabalhos previa, nos primeiros 42 dias da empreitada, a execução de trabalhos de demolição, movimentos de terras, escavações e fundações;
- b) Que as áreas de intervenção se encontrariam ocupadas pela atividade letiva, impedindo o normal desenvolvimento dos trabalhos;
- c) Que se mostra necessária a definição de prazos parciais e o faseamento da execução da empreitada;
- d) Que tal situação configura fundamento para suspensão da execução dos trabalhos ao abrigo do artigo 297.º do Código dos Contratos Públicos.

## **II. ANÁLISE**

### **1. Do conhecimento prévio das condições de execução da empreitada**

1.1. Resulta das peças do procedimento, bem como das condições efetivamente conhecidas à data da apresentação da proposta, que a empreitada em causa respeita à requalificação e ampliação de estabelecimento escolar em funcionamento.

1.2. A manutenção da atividade letiva durante parte da execução da empreitada constituía circunstância conhecida, previsível e inerente à natureza da intervenção a realizar.

1.3. O empreiteiro apresentou proposta no âmbito do procedimento pré-contratual, aceitando integralmente as condições de execução da obra constantes das peças do procedimento, incluindo os condicionamentos decorrentes do funcionamento do estabelecimento de ensino.

1.4. Acresce que o procedimento fixava um prazo base de execução de 540 dias, prazo esse que constituía parâmetro submetido à concorrência e integrante do critério de adjudicação.

1.5. O empreiteiro apresentou proposta com redução do prazo de execução para 450 dias, assumindo voluntariamente uma execução mais célere da empreitada e os inerentes condicionamentos de planeamento, coordenação e compatibilização da obra com o funcionamento do estabelecimento escolar.

1.6. Nestes termos, os eventuais constrangimentos decorrentes da necessidade de faseamento e articulação da execução dos trabalhos mostram-se particularmente imputáveis à estratégia executiva apresentada pelo próprio empreiteiro no âmbito da sua proposta.

**INFORMAÇÃO**  
Número: 2026-14353 Data: 20/05/2026

Código Validação: 32W6GR2R2FLRLXR3CRWWND7E7  
Verificação: <https://braga.balcaoeletronico.pt/>  
Documento assinado eletronicamente na plataforma esPublico Gestiona | Página 1 / 5



1.7. Assim, os constrangimentos associados à coexistência entre a execução da empreitada e o normal funcionamento da escola não podem ser qualificados como facto imprevisível, anormal ou não cognoscível pelo empreiteiro.

## **2. Da inexistência de fundamento para suspensão da empreitada**

2.1. Nos termos do artigo 297.º do Código dos Contratos Públicos, a suspensão da execução dos trabalhos pressupõe a verificação de circunstâncias impeditivas da execução da empreitada, designadamente quando tal impossibilidade resulte de facto imputável ao dono da obra ou de circunstâncias não imputáveis ao empreiteiro.

2.2. Contudo, da análise dos factos expostos não resulta demonstrada uma impossibilidade objetiva e total de execução da empreitada.

2.3. Com efeito:

- a) Não foi determinada qualquer ordem de suspensão dos trabalhos pelo dono da obra;
- b) Não se verifica impedimento absoluto ao desenvolvimento da empreitada;
- c) Os condicionamentos invocados inserem-se no normal faseamento e coordenação operacional de uma empreitada executada em edifício escolar em funcionamento.

2.4. Acresce que o plano de trabalhos aprovado não pode prevalecer sobre as efetivas condições de coordenação e segurança necessárias à compatibilização entre a execução da obra e a atividade escolar, circunstância essa que deveria ter sido considerada pelo empreiteiro na programação da execução dos trabalhos.

2.5. Assim, não se encontram reunidos os pressupostos legais que permitam reconhecer a suspensão do prazo da empreitada nos termos requeridos.

## **3. Da alegada necessidade de definição de prazos parciais**

3.1. O contrato celebrado não prevê a existência de prazos parciais vinculativos nos termos invocados pelo empreiteiro.

3.2. O eventual ajustamento operacional do planeamento da empreitada, decorrente da articulação entre os intervenientes e das necessidades de funcionamento do estabelecimento escolar, não consubstancia alteração contratual suscetível de fundamentar a suspensão global do prazo de execução.

3.3. Sem prejuízo do dever de articulação técnica entre o dono da obra, fiscalização e empreiteiro, deverá o empreiteiro promover os ajustamentos necessários ao desenvolvimento dos trabalhos compatíveis com as condições existentes em obra.

## **4. Da reserva de direitos quanto à reposição do equilíbrio financeiro**

4.1. O empreiteiro formula igualmente reserva genérica do direito à reposição do equilíbrio financeiro do contrato.

4.2. Contudo, à presente data:

- a) Não foi apresentado qualquer pedido concretizado e fundamentado de reposição do equilíbrio financeiro;
- b) Não foram demonstrados prejuízos efetivos, atuais e quantificados;
- c) Não se mostram preenchidos os pressupostos legalmente exigidos para efeitos de eventual indemnização ou compensação financeira.

4.3. Consequentemente, não existe fundamento para qualquer reconhecimento, ainda que implícito, de direito indemnizatório ou de reposição do equilíbrio financeiro do contrato.

## **III. CONCLUSÃO**

**INFORMAÇÃO**  
Número: 2026-14353 Data: 20/05/2026

Código Validação: 32WG6ZR2FLRLXR3CRWWND7E7  
Verificação: <https://braga.balcaoeletronico.pt/>  
Documento assinado eletronicamente na plataforma esPublico Gestiona | Página 2 / 5



Face ao exposto, considera-se que:

- a) Os constrangimentos invocados pelo empreiteiro eram conhecidos ou cognoscíveis à data da apresentação da proposta;
- b) Não se verifica impossibilidade objetiva de execução da empreitada que legitime a suspensão do prazo contratual ao abrigo do artigo 297.º do Código dos Contratos Públicos;
- c) Não existe fundamento para deferimento do pedido de suspensão do prazo da empreitada;
- d) Não se encontram demonstrados os pressupostos de eventual reposição do equilíbrio financeiro do contrato.

#### **IV. PROPOSTA**

Propõe-se:

1. O indeferimento do pedido apresentado pela empresa M. Kairos – Engenharia e Construção, S.A., relativo à suspensão do prazo da empreitada;
2. A notificação do empreiteiro para prosseguir a execução dos trabalhos nos termos contratualmente estabelecidos e em articulação com a fiscalização da obra, devendo apresentar e implementar as medidas mitigadoras do atraso já verificado;
3. A notificação do empreiteiro para apresentar os planos de trabalhos, mão de obra, equipamentos e pagamentos, modificados, para posterior análise e validação.

**INFORMAÇÃO**  
Número: 2026-14353 Data: 20/05/2026



Ex.mos Senhores  
**PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL DE**  
**BRAGA**  
Praça do Município  
4700-435 Braga

Braga, 05 de maio de 2026

Refª 2026-016-ADM-MS

**Assunto:** Empreitada “Requalificação e Ampliação da Escola Básica do Bairro Económico” - Contrato de Empreitada N.º CPE.22.25. DMOSM - Pedido de suspensão de prazo da empreitada e reserva de direito a reposição do equilíbrio financeiro.

Exma. Cara Engª Paula Pereira,

Vem a **M. Kairos S.A.**, por este meio, expor a V. Exas., o seguinte **pedido** com base nos argumentos abaixo indicados:

**1. Consignação e impossibilidade de execução conforme plano aprovado:**

Na sequência da consignação total da obra, e conforme previsto no plano de trabalhos apresentado ao concurso e posteriormente ajustado à data de consignação, encontrava-se programado, para os primeiros 42 dias, o início e execução de trabalhos designadamente:

- o Demolições no edifício a reabilitar;
- o Movimentos de terras e escavação geral na zona de ampliação;
- o Execução de elementos de fundação em betão armado na zona de ampliação.

**2. Falta de condições para execução dos trabalhos:**

Sucede que, até à presente data, não foram asseguradas as condições necessárias para a execução dos referidos trabalhos, uma vez que as áreas de intervenção se encontram ainda ocupadas pela atividade letiva, com a permanência dos alunos nas instalações existentes, impedindo o normal desenvolvimento da empreitada.

**3. Necessidade de definição de prazos parciais:**

Acresce que, não obstante o contrato não prever prazos parciais, torna-se imprescindível a sua definição atendendo à natureza faseada da intervenção, nomeadamente:

- o Montagem de monoblocos (instalações provisórias), permitindo a transferência da atividade escolar prevista para o dia 04/05/2026 (42 dias após consignação);
- o Início dos trabalhos no edifício a reabilitar e zona de ampliação apenas após essa data;
- o Execução dos trabalhos na área ocupada pelas instalações provisórias e conclusão do polidesporto apenas após a remoção dos monoblocos.

**INFORMAÇÃO**  
Número: 2026-14353 Data: 20/05/2026

Código/Validação: 32WCG6Z2ZFLRLXRX3CRWWND7E7  
Verificação: <https://braga.madeletronic.com/>  
Documento assinado eletronicamente na plataforma esPublico Gestão e Assinatura  
Página 4 / 5



**4. Enquadramento legal – suspensão de prazo:**

Segundo o Artigo nº 297 do CCP, concretamente o nº2, no que respeita à suspensão da execução dos trabalhos por facto não imputável ao empreiteiro, verifica-se que a impossibilidade de execução decorre de circunstâncias totalmente alheias à M. Kairos, em particular da não disponibilização das áreas necessárias à prossecução dos trabalhos contratualmente previstos.

**5. Pedido de suspensão:**

Face ao exposto, vem a M. Kairos requerer a **suspensão do prazo de execução da empreitada, com efeitos a partir do dia 08 de abril de 2026**, data em que, nos termos do plano de trabalhos aprovado, deveriam ter tido início os trabalhos de demolição e em que se verificou a impossibilidade da sua execução por facto não imputável ao empreiteiro, devendo a mesma manter-se até à efetiva disponibilização das áreas de intervenção livres de quaisquer condicionantes.

**6. Reserva de direitos – reposição do equilíbrio financeiro:**

Mais se informa que a M. Kairos se reserva o direito, nos termos legais aplicáveis, nomeadamente no âmbito do regime de reposição do equilíbrio financeiro do contrato, vir a reclamar a compensação pelos prejuízos decorrentes da presente situação, tais como:

- Custos indiretos estruturais adicionais;
- Custos indiretos de estaleiro;
- Outros encargos resultantes da suspensão e consequente desorganização do plano de trabalhos que serão apurados oportunamente.

**7. Consequências da suspensão:**

0As consequências temporais e financeiras da presente situação encontram-se em fase de análise, sendo oportunamente comunicadas a V. Exas., nos termos contratuais e legais aplicáveis.

Face ao acima exposto, solicita-se a melhor atenção de V. Exas. para o presente pedido, aguardando-se a respetiva confirmação formal da suspensão do prazo da empreitada.

Sem outro assunto de momento, subscrevemo-nos com elevada estima e consideração, apresentando os nossos melhores cumprimentos,

**A Administração,**

**INFORMAÇÃO**  
Data: 20/05/2026  
Número: 2026-14353

Código de Verificação: 32WG6ZR2FLRLXR3CRWWND7  
Verificação: <https://braga.palcaoeltronico.pt/>  
Documento assinado eletronicamente na plataforma e-Brasão  
Página 5 / 5

